

Guerra às drogas e militarização da vida: apontamentos teóricos-metodológicos

Por Danilo Bragança

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar e contrapor o que chama-se aqui de *enfoques tradicionais de segurança*, ou seja, as teorias de segurança internacional que derivam diretamente do Realismo clássico e suas variações, e produzir um debate sobre como incorporar novos elementos teóricos e de metodologia nas pesquisas sobre militarização e narcotráfico. A América Latina tem a violência derivada do narcotráfico a sua principal questão de segurança a ser resolvida, no que principalmente é definido como solução principal a utilização contumaz dos recursos militares. Partes de um mesmo todo, Estado e Forças Armadas não têm condições de resolver, sozinhos, toda esta situação. Este texto, então, coloca propostas para orientar novas investigações nestenexo entre segurança internacional e segurança pública, que se afastam por inteiro dos enfoques clássicos.

Palavras-chave: Militarização; Segurança; Vida Nua; Biopolítica.

1. Temática

O tema da segurança é algo muito caro para os países da América Latina. O histórico de intervenções externas, de pobreza e baixos índices de desenvolvimento econômico e social, são condizentes com altos índices de violência, de insegurança cidadã e estatal nestes países. Estes países recorrem a diversas soluções, arranjos conceituais de segurança regional, bilateral, que, de alguma forma, refletem a construção de um pensamento mais abrangente, onde esferas diferentes são colocadas sob um mesmo domínio, e onde atribuições muitas vezes são transbordadas, gerando uma confusão conceitual e de ação que muito pode sugerir em termos de êxitos e sucessos de uma determinada política.

Por conta deste histórico e das características específicas de cada um dos países que formam esta região e dos discursos políticos que tendem a exacerbar e não amainar as pres-

sões sociais por segurança, justiça e punição, cria-se aí uma enorme tensão nestes países, o que tem relação direta e indireta com os níveis alarmantes de criminalidade na região — ao que se dá o nome aqui de *demanda social por violência*. Esta tensão afeta diretamente o nível de sucesso e fracasso de políticas domésticas, e também no nível das políticas compartilhadas de segurança, em âmbito transnacional.

A pesquisa sobre narcotráfico é bastante emblemática em relação aos erros conceituais e práticos que se cometem, mas sobretudo em relação à esta dita demanda social por violência. O enfoque tradicional, materializado na chamada guerra às drogas, que desde o pós-2ª Guerra Mundial, vem pautando as políticas domésticas e regionais em relação ao tratamento do tema do narcotráfico por toda a América Latina é o cerne desta dialética, que reduzimos aqui à ideia de *militarização da vida*.

Quer dizer, com militarização da vida, quer se dizer da resultante destas tensões de demanda social por violência e das soluções tradicionais (e ineficazes) que são empreendidas no combate ao crime. Importante ressaltar que esta não é uma característica exclusiva da América Latina, mas o histórico de intervenções estrangeiras — leia-se estadunidenses — e de regimes civis-militares na região, em contraste ao alto nível de aceitação e confiança das Forças Armadas em países da região (LATINOBARÓMETRO, 2017), tornam aqui este um elemento fundamental para o debate.

Este enfoque tradicional produziu uma política de combate, largamente reconhecida como pouco exitosa. Quer dizer, a política que é fundamentada nas políticas de combate ao consumo e ao tráfico de drogas psicoativas e que é baseada, historicamente, na repressão, no controle social, no moralismo (SILVA, 2012). São as linhas de pensar que partem do Estado, porque é o Estado que se utiliza destas tecnologias de poder para implantar um processo de dominação social que se transforma em prática, no campo social.

Esta política separa aqueles indivíduos que devem ser protegidos e aqueles que não devem, criando sociedades divididas em classes, umas mais perigosas do que outras. Isto afeta diretamente as políticas de segurança pública, segurança nacional e segurança coletiva, porque tendem a apontar jovens de bairros pobres, imigrantes, usuários de drogas, como focos potenciais de insegurança, e que devem ser combatidos. São como não-cidadãos, como “vidas que não merecem viver” (AGAMBEN, 2002), despidos de sua cidadania e de suas prerrogativas, nus em sua condição com o Estado e com os sistemas multilaterais.

2. Debate central

Feito este breve debate inicial, aqui está o argumento principal, que pode ser resumido assim: mesmo com as reaberturas democráticas após o fim dos regimes militares na América do Sul, o fim das intervenções militares estadunidenses na América Central e o fim da hegemonia priista no México, a máquina repressiva construída durante este período permanece ativa, em funcionamento, ainda que tenha transmutado de alguma maneira, o seu espaço de atuação.

A referência principal aqui é o conceito de máquina antropológica de Agamben (2013), apresentada no texto *O Aberto*, onde o autor italiano aprofunda o conceito de bio-

política inaugurado por Michel Foucault décadas atrás. O debate sobre o biopoder é parte fundamental de qualquer pesquisa relevante hoje sobre temas de segurança, violência, crime transnacional, narcotráfico, entre outros. Mas no geral, o que interessa aqui é como essas tecnologias de poder que reduzimos ao nome de biopoder interagem diretamente com a vida. Quer dizer, é possível dizer, de alguma forma, que se Foucault teve como preocupação central a compreensão sobre o poder, cabe uma maior investigação sobre o *biós*, a vida, que é o objeto por natureza desse poder.

O que traz Agamben é a apropriação crítica do conceito de biopoder, a partir de alguns elementos, como o da ampliação de seu alcance histórico. Toda a idéia de civilização ocidental é sustentada nesta “*animalização do homem efetuada por tecnologias políticas as mais sofisticadas*” (AGAMBEN, 1997, p. 11). Ao dizer “animalização”, Agamben está se referindo a incorporação da vida pela lógica do poder, de forma que a “vida nua”, a vida original, biologicamente ainda pura, é a vida do animal, e que, portanto, aquele que é matável, aquela vida que pode ser matada, seria uma vida animalizada, produzida desta forma pela tecnologia de poder.

Assim, o imigrante, o refugiado, o asilado, o terrorista, o outro no geral, no caso da face externa das relações com outras culturas, e o negro, o pobre, o migrante, o favelado, na face interna, representam este aberto, esta vida matável, essa insegurança que deve ser contida. Estes todos só se produzem como vida, como homem, reconhecidos pelos outros, quando produzidas pelos mecanismos do poder.

Na civilização ocidental, segundo Agamben, o conceito de homem e de vida é historicamente e deliberadamente indeterminado (AGAMBEN, 2013). O autor italiano traz outras definições importantes, mas uma faz o nexo que se precisa aqui para transformar esta interpretação numa chave teórico-metodológica importante para este campo dos estudos: a vida é uma “zona de exceção” (AGAMBEN, 2013, p.63).

Politicamente, é desejável que o reconhecimento da vida seja duvidável, incerto, embaçado. Diz AGAMBEN (2013):

“A máquina antropológica do humanismo é um dispositivo [...] que verifica a ausência para o Homo de uma natureza própria mantendo-o suspenso entre uma natureza celeste e uma terrena, entre o animal e o humano – e seu ser, portanto, será sempre menos e mais que ele próprio.” (AGAMBEN, 2013, p.53)

Nesta lógica, quem produz o homem é o poder. Ele é sempre menos que poderia ser, e é a isto que se refere quando se associa aqui repressão à máquina antropológica, o que se simplificou à ideia de *máquina repressiva*. Na lógica da exceção jurídica, a despeito da diferença histórica, tal qual a vida, maleável, inclassificável, móvel, a máquina repressiva também pode ser rearticulada. Um campo de investigação interessante é como, no Ocidente em geral, esta rearticulação atende a interesses cada vez mais mercadorizados, associados ao modelo neoliberal de produção. De alguma maneira, também é provável que, nos próximos anos, pesquisas desenvolvam a ideia de uma autonomia desta máquina repressiva, que passa a independe da parte do espectro político que é mais forte em um país o outro, e talvez isto

tenha a ver com a (auto)construção da imagem das Forças Armadas como guardiães dos valores democráticos e republicanos, ou ainda como garantidores de uma ordem política e social em países com histórico de regimes autoritários, o que, apesar da contradição fundamental, de fato esta imagem permanece.

De qualquer forma, é necessário compreender a maneira como funciona este aparato repressivo. Se talvez numa primeira forma parece impossível interromper o seu funcionamento, é possível criar estratégias de interrupção, sabotagem, hackeamento, disrupção. É preciso pensar então, a partir do entendimento de como funcionaria este duplo processo de militarização da vida e exceção permanente, numa *política do estorvo*, em novas formas de vida que tenham condições de resistir a uma configuração de poder que parece cada vez mais irresistível.

Então, partindo das pesquisas anteriores — sobre o México, a América Central e, agora, sobre o Cone Sul — pode-se chegar em um *método* de pesquisa sobre como repressão social e política articulam-se ao discurso de guerra às drogas na América Latina. Todas estas categorizações de pesquisa já foram exploradas separadamente. O que parece ser a inovação deste método é a sua junção em uma chave interpretativa única.

Quando se comparam a trajetória dos países latino-americanos no seus períodos democráticos mais recentes, em alinhamento com a avassaladora adesão destes países ao modelo tradicional de segurança e o discurso de guerra às drogas, com o deslocamento do papel das Forças Armadas do campo da defesa nacional para o da segurança pública, o que sobra são estes cinco parâmetros de pesquisa: 1) o controle do corpus político e individual; 2) o proibicionismo associado a guerra às drogas; 3) a militarização das políticas de segurança; 4) o intervencionismo militar urbano e 5) o gap repressivo.

O controle do corpus político e individual: é seu elemento político, a tecnologia de poder associada ao modelo neoliberal. Parte de uma perspectiva agonística da política (ESPINOSA, 2017; RODRIGUES, 2010) em que a configuração de poder não é contratualmente contraído, mas resultado dos vetores em disputa em uma sociedade, com larga vantagem para os que detém a maior parte dos recursos. Não é somente um controle da ação e mobilização política, coletiva, mas também da resistência individual (HAN, 2013), pois biopolítica (ESPOSITO, 2017). Envolve-se com a repressão do feminino (FEDERICI, 2017); com a repressão da sexualidade (PRECIADO, 2018); das minorias nativas, do trabalhismo, do sindicalismo e dos movimentos sociais.

O proibicionismo associado a guerra às drogas: é seu aspecto ético-moral, onde se formam as práticas discursivas que condenam a conduta individuais. É internacionalmente condicionado, regulado por legislações encampadas pelo sistema das Nações Unidas, mas também é fruto das resultantes de poder hemisféricas. Não é nativo das regiões que compõem a América Latina, mas importado, inclusive o uso de substâncias psicoativas naturais, como a folha de coca, é elemento cultural nesta parte do mundo. É historicamente detectável a partir do trabalho genealógico (FOUCAULT, 2008).

A militarização das políticas de segurança: é a economia da violência, sua racionalidade, ao mesmo tempo que é sua estética, sua face mais ostensiva. É o formato das novas guerras, novas formas de violência (GROS, 2009). É a violência militar institucionalizada, parte

constitutiva do Estado (CLASTRES, 1990). É a política da violência (BENJAMIN, 2012), onde a exceção se faz permanente e instituída (AGAMBEN, 2013; BENJAMIN, 2012). A polícia é a régua de medida social, e o Exército faz a função de polícia.

O intervencionismo militar urbano: é a arquitetura sócio-urbana da dominação, a sua lógica de produção do espaço. É a guerra que volta à cidade (GRAHAM, 2017), mudança paradigmática que manifesta-se na imagem da guerra como metáfora da explicação da vida em sociedade. É a lógica do *homeland* em oposição à anarquia de fora (KAPLAN, 2000), a interação entre o *inside* e o *outside* (WACQUANT, 2008). A colonização da cidade pela tecnologia do controle do movimento, da triagem populacional, sendo esta a maneira como se lidam com as novas realidades de guerra assimétrica ou irregular em solo urbano (GRAHAM, 2016).

O gap repressivo: o seu fundamento técnico, o abismo entre as tecnologias de controle e as tecnologias de si. A restrição do desenvolvimento de técnicas de auto-defesa e o salto tecnológico que permite ao poder empreender recursos — a partir da lógica da demanda social por violência — e subverter elementos legais básicos. São as smart cities, a vitória da tecnologia sobre a dimensão humana, a intoxicação tecnológica (MCLUHAN, 1967). São os “*sonhos tecnófilos*” (GRAHAM, 2016), evoluindo junto com o desenvolvimento do complexo industrial militar e do fetiche da máquina inerente ao modo de produção capitalista, levado ao extremo pelo neoliberalismo.

3. Proposta teórico-metodológica para abordar o militarismo crescente na América Latina

Com efeito, para Agamben, houve um momento em que a pesquisa foucaultiana sobre o poder se tornara, por demais, obscura, o que o mesmo chama de *ponto cego no campo visual* (AGAMBEN, 2002, p. 14), exatamente no ponto onde bifurcariam considerações sobre o *modelo jurídico-institucional* e o *modelo biopolítico de poder*. Neste ponto, comum às duas formulações de poder, segundo Agamben, não se pode e nunca se poderá dissociá-las, e que as perspectivas mais íntimas do indivíduo e a inserção dessas no cotidiano político sempre foram, via de regra, de forma a ser, mesmo que isso não esteja claro para os cidadãos, a origem do poder e das intenções do soberano que lhes era líder.

Quando aplica a biopolítica sobre a população o faz exatamente por isso e na intenção disso, de liderar, de controlar, de determinar a agenda. Elevar a *vida nua*, diz Agamben, ao status de posse e de alcance do soberano é o *core* de sua legitimação no poder. A questão principal para Agamben é o que se pode compreender da interação entre poder soberano e vida nua, ou como ele coloca, entre *política* e *vida*.

A priori, a política é o lugar exclusivo do viver, onde viver é efetivo, onde fora dele é ineficaz. A linguagem é o intermédio entre o viver e o viver bem, e mesmo tendo em comum a *zoé*, que é o modo mais geral de se compreender a vida, é dessa maneira que o *bíos* humano se destaca dos outros. Relacionar a *zoé* à vida humana, a *bíos*, e dar a ela condição de controle, de posse, é o *core* da biopolítica, e o seu fim último, por definição.

Efeito disso, por exemplo, a democracia moderna. Esta, mediante a biopolítica, conseguiu efetuar sua principal operação, que é exatamente, apoderar-se da vida nua para fazer dela sua estrutura de sustentação e aplicação principal. Será, portanto, importante para toda a compreensão sobre os termos de política moderna, pensar na biopolítica como mediadora entre a sua intenção principal e o nível de efeito que esta terá.

No entanto, existe um grande espaço, um limbo, entre a definição de uma estratégia de poder, e sua aplicação. Agamben, para explicar como esta transição ocorre e ocorreu nas experiências em que se percebia claramente o uso da biopolítica, se utiliza de conceitos em Aristóteles sobre potência e ato, que vão refletir a compreensão do pensador italiano. Para tanto, Agamben produz uma obra, ainda em desenvolvimento, sobre como a biopolítica se expressa em campos importantes da vida do indivíduo. O *Homo Sacer*, nome de sua obra mais importante até agora, é uma trilogia – tal como a História da Sexualidade. O livro *O Aberto* é sua conclusão, mas também é, de fato, o elemento que se usa aqui para justificar o debate teórico e o debate metodológico.

Mas o que se pretende dizer com tudo isso é que este é um ponto crucial na compreensão sobre a biopolítica, e se mostra, mais uma vez, como um aparelho do poder soberano em relação à população que deve controlar, e que isto, argumenta-se, serve de embuste para uma série de discursos e ações no campo das Relações Internacionais. O titular do poder central, para ser completo, deve compreender o controle que tem sobre o poder e o ser, sobre a idealização e a execução de sua estratégia, e deve demonstrar isto de forma bastante sincera, utilizando este status a seu favor (AGAMBEN, 2002).

Quanto à biopolítica, vê-se que, ao tentar remontar a fratura entre a *vida nua* e o *poder soberano*, o que se discute é como a potência do poder pode se transformar em ato de imposição de vontade de poder, ou como a biopolítica deve orientar-se para fundamentar a sua constituição não somente nos termos da lei formal, mas também como, no *ato*, quando ela ganha o status de norma. Quando está no estágio inicial, de lei formal, é potência perfeita. Mas, quando alcança o estágio de norma, é ato, e talvez possamos chamá-lo, em uma inicial tentativa de conceituação, ato perfeito.

A conclusão que se pode tirar daqui está muito latente: toda tecnologia de poder que se forjou, falhou em algum momento, e por um motivo comum a todas elas. A distância que existe entre a potência e o ato, a teoria e a prática, a formação de uma estratégia de poder e a sua aplicação, nunca fora percorrida, e assim, podemos dizer que poder constituinte e poder constituído fazem parte de duas esferas diferentes, e não de esferas comuns, como queria a teoria clássica. Este é o paradoxo. E esta é a parte fundamental para que potência e ato sejam discutidos por estes termos. Está na diferenciação entre poder constituinte e poder constituído a grande fratura que se pretende remontar.

Fala-se do contrato social como elemento fundamental das sociedades humanas. O contrato, com efeito, não tem poder legiferante. Ele o é, antes de ser formalizado. A racionalidade do indivíduo estaria exatamente na compreensão de que, antes do Estado de Natureza, existe uma ordem que, mediante a contração do contrato, pode se tornar existente. Quando se diz que o contrato não tem poder legiferante, dizemos que ele, em si, não forma leis. Dizemos que ele, na prática, só vai ser depois do contrato, mas o é, se garante em forma de

potência até que um provocador o transforme e lhe a condição de ser, quando, por exemplo, se impossibilitou a vivência, pela falta de garantia de vida que existia na posição inicial.

É necessário viabilizar o contrato social e a violência é o que o torna viável.

Na contemporaneidade, o nexos com o capitalismo precisa ser destrinchado. O capitalismo se utiliza das técnicas e estratégias da biopolítica e consegue, não integralmente, remontar a fratura exposta entre vida nua e vida política. É o flerte com o totalitarismo, a partir de uma lógica que se diz liberal – o que chamamos de *paradoxo liberal-autoritário* – mas não é. Este é um discurso muitíssimo comum na América Latina e fomenta por demais as soluções militares.

Munido desta intenção uniformizadora dos sujeitos, percebe-se mais claramente que o capitalismo se aproxima mais do que os totalitarismos do início do século XX, daquilo que Agamben cunhou de *possibilidade de domínio total* (AGAMBEN, 2002, pg. 145). A docilização do sujeito e, talvez, do Estado, é mais uma consequência desta visão clara do capitalismo, ainda que haja resistência possível. Agamben considera as técnicas de si como palco pra isso, em uma continuidade bastante clara do que fundamentou Michel Foucault anteriormente.

4. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, Giorgio; **Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I**. Ed. UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **What is an apparatus?: and other essays**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O Aberto: O Homem e o Animal**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2013.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Autêntica: São Paulo, 2012.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ESPINOSA, Bento de. **Tratado Político**; tradução de Diogo Pires Aurélio. – São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos: Biopolítica e Filosofia**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Elefante: São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France

(1977-1978). Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. **Microfísica do poder**, v. 1, p. 1-14, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida, Ideias & Letras, 2009, 277 pp.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2017**. Corporación Latinobarómetro, Buenos Aires, 2017. Recuperado de <<http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>>

KAPLAN, Robert D. **À beira da anarquia: destruindo os sonhos da era pós-guerra fria**. Futura, 2000.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: Signet, 1964.

PRECIADO, Paul B. Testojunkie. **Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. N-1 Edições: São Paulo, 2018.

RODRIGUES, T. **Guerra e política nas relações internacionais**. São Paulo: Educ., 2010.

RODRIGUES, Thiago. Política y Guerra: Apuntes para una Análítica Agónica de los Estudios Estratégicos. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, 2016.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais : uma perspectiva brasileira** / Luiza Lopes da Silva - Brasília: FUNAG, 2013

WACQUANT, Loic. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. **International Political Sociology**, v.2, n. 1, 2008, p. 56-74